

UNIVERSIDADES FEDERAIS GAÚCHAS: A QUEM INTERESSA A POLÍTICA LINGUÍSTICA INSTITUCIONAL?

JOSEANE MACIEL VIANA¹; TATIANA BOLIVAR LEBEDEFF²

¹Universidade Federal de Pelotas – jmviana@ufpel.edu.br

²Universidade Federal de Pelotas – tblebedeff@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho visa analisar a existência, ou não, de documento específico sobre a Política Linguística Institucional - PLI nas universidades federais do Rio Grande do Sul e os possíveis motivos para a sua criação. Este é um recorte da pesquisa realizada no Doutorado, com a qual busco compreender como as Políticas Linguísticas Institucionais se refletem na vida acadêmica de pessoas surdas no nível superior. Esta etapa da pesquisa analisa o contexto de publicação dos documentos e o texto dos mesmos, em busca de pistas processuais e linguísticas que façam transparecer as dimensões administrativas e educacionais que levaram à publicação da PLI pelas universidades gaúchas.

A partir da leitura de CALVET (2007), compreendo que Políticas Linguísticas (PL) são decisões sobre o uso das línguas, podendo ser lida também como *gestão linguística*. Dessa forma, para a implementação de uma PL, é necessário que seja construído um *planejamento linguístico*. Nas estratégias de aplicação do planejamento, a administração da universidade pode implementar ações *in vitro*, ou seja, um tipo de intervenção sobre as práticas sociais de uso de determinadas línguas em determinados domínios linguísticos (CALVET, 2007). Ainda, as PL podem ser pensadas para diferentes *domínios*, o que, de acordo com SPOLSKY (2016), são espaços sociais com políticas próprias. O *domínio* estudado nesta pesquisa é o acadêmico, ou seja, como está acontecendo a gestão linguística nas universidades federais gaúchas, de acordo com as suas PLIs.

Tendo em mente os conceitos básicos da área de Políticas Linguísticas, busco, nesta etapa de pesquisa e, conseqüentemente, com este trabalho:

- identificar informações processuais e textuais nas PLIs que evidenciem as possíveis motivações administrativas e educacionais para a sua publicação;
- destacar termos significativos na Política Linguística de cada instituição e como estes se relacionam, ou não, com as motivações listadas; e
- debater a quem as possíveis motivações interessariam em âmbito acadêmico.

2. METODOLOGIA

De acordo com PAIVA (2019), esta pesquisa é de *natureza básica* e do *gênero teórico* e, para isso, analiso alguns documentos oficiais das universidades sob a perspectiva da teoria das Políticas Linguísticas de CALVET (2007), SPOLSKY (2019) e ALTENHOFEN (2013). Trata-se, ainda, de uma *pesquisa primária* com uma *abordagem qualitativa* (PAIVA, 2019), por trabalhar com dados coletados por mim, pesquisadora, registrados e organizados em um banco de dados próprio, o qual serve de base para a compreensão do contexto dos documentos e de possíveis relações entre eles. Para este momento, especificamente, trago as informações coletadas até abril de 2024, para realizar um estudo processual e textual daquelas pertencentes às universidades federais gaúchas. Esta etapa dá ênfase em uma

pesquisa *descritiva e explicativa* (PAIVA, 2019), com a busca pelos documentos das universidades e a interpretação dos dados revelados pela análise já descrita.

Para atender aos objetivos deste trabalho, fiz uma busca pelas PLIs nos sítios eletrônicos das universidades e, quando não encontrava, fiz contato com a ouvidoria das instituições para ter ou o acesso ao material ou a negativa da sua publicação. Elas foram listadas em tabelas com destaque para o ano de publicação, formato do documento e setor responsável. No cruzamento destes dados, construí a análise do contexto processual da PLI e as possíveis motivações para a sua publicação.

No que tange à discussão sobre as dimensões administrativas e educacionais da Política, fiz uma busca nos textos dos documentos por termos específicos, a análise da tabela dos dados coletados revelou uma interação entre os seguintes termos: “línguas minoritárias”, “internacionalização”, “acessibilidade”, “direito” e “diversidade”. Com posse destas análises, retomo, para a discussão dos resultados, os conceitos sobre a Política Linguística trabalhados por CALVET (2007), SPOLSKY (2019) e ALTENHOFEN (2013).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender as dimensões administrativas e educacionais apresentadas pelos documentos, iniciei a pesquisa analisando os dados sobre as publicações das Políticas Linguísticas Institucionais - PLIs de todo o território nacional, podendo estar inseridas em um planejamento de internacionalização ou, ainda, de inclusão das universidades federais. A primeira PLI criada e registrada foi em 2017, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a UFRN. O estudo apontou uma quantidade variável nas publicações de políticas linguísticas, sendo que, no ano de 2018, foram 23 universidades e o montante diminuiu no ano de 2021 (pandemia de Covid-19), porém voltou a subir em 2022. A busca resultou em 48 PLIs nas universidades federais.

Dos documentos encontrados, temos 44 resoluções, 2 deliberações e 1 memorando de diferentes setores das universidades. Há, ainda, uma PLI que é apresentada como um anexo ao Plano de Internacionalização da universidade. Dando ênfase às universidades federais gaúchas, o contexto processual encontrado foi o seguinte:

Tabela 1: Universidades federais do RS - contexto processual

INSTITUIÇÃO	ANÁLISE PROCESSUAL		
	ANO	FORMATO	SETOR RESPONSÁVEL
FURG	2018	RESOLUÇÃO	CONSELHO UNIVERSITÁRIO
UFSM	2018	RESOLUÇÃO	GABINETE DA REITORIA
UFPEL	2020	RESOLUÇÃO	CONSELHO COORDENADOR DE ENSINO, DA PESQUISA E DE EXTENSÃO
UNIPAMPA	2022	RESOLUÇÃO	CONSELHO UNIVERSITÁRIO
UFRGS	2023	RESOLUÇÃO	CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

Como apresento na Tabela 1, a Furg¹ foi a primeira universidade federal gaúcha a publicar a sua Política Linguística Institucional, seguida das outras

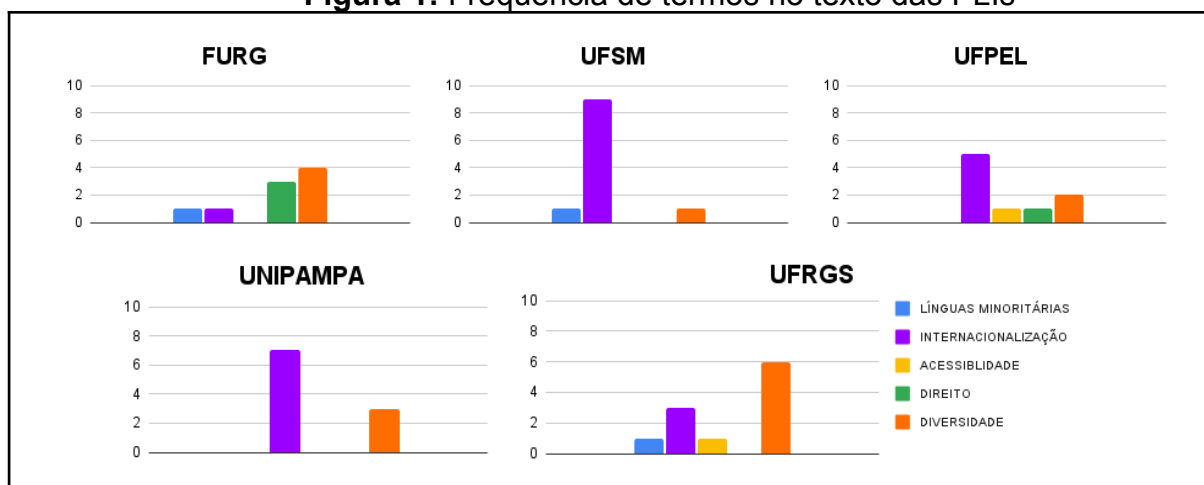
¹ Fundação Universidade de Rio Grande, na cidade de Rio Grande/RS.

instituições. A Política Linguística é um tipo de ação *in vitro* de *status*, ou seja, que busca a oficialização do direito ao uso das línguas no âmbito da universidade (SPOLSKY, 2016). Compreendo que o fato de as Políticas Linguísticas das universidades gaúchas terem sido publicadas como resoluções e estarem ligadas a setores superiores das instituições funciona como uma ação *in vitro* de maior alcance, que englobaria os níveis de graduação e pós-graduação. Este é o caso das universidades gaúchas estudadas neste trabalho.

Pelos dados, ainda é possível inferir que, por termos grande quantidade de políticas linguísticas publicadas a partir do ano de 2018, haveria uma relação com as exigências do Programa Idiomas Sem Fronteiras - ISF, que surgiu a partir do ano de 2014, como ampliação do Programa Inglês Sem Fronteiras. Nesta alteração foram inseridas outras línguas tencionando a preparação dos estudantes para o Programa CAPES-PrInt, lançado em novembro de 2017. Estes são programas voltados para a internacionalização das universidades, ou seja, não foram criados, necessariamente, visando a valorização das línguas minoritárias utilizadas no Brasil. Mesmo assim, algumas das universidades gaúchas aproveitaram para registrar, nesses documentos oficiais, a preocupação com outras línguas que circulam nos ambientes acadêmicos, além daquelas fortemente incentivadas para projetos de pesquisa e bolsas de intercâmbio (ex. língua inglesa).

Na figura a seguir, apresento a frequência dos termos “línguas minoritárias”, “internacionalização”, “acessibilidade”, “direito” e “diversidade” nas Políticas Linguísticas Institucionais das universidades federais gaúchas.

Figura 1: Frequência de termos no texto das PLIs



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Como se percebe, em todos os documentos analisados aparecem os termos “internacionalização” e “diversidade” quando se referem ao uso das diferentes línguas dentro da universidade. Destaco a Unipampa², universidade que, apesar de estar diretamente relacionada com tantas línguas locais, não menciona os demais termos pesquisados. O primeiro termo compreende-se estar relacionado com os programas anteriormente descritos, enquanto o segundo posso aproximar a um planejamento político (CALVET, 2007) para valorização da “diversidade” linguística entre os estudantes das universidades, ou seja, para o domínio acadêmico (SPOLSKY, 2016), para além dos objetivos do CAPES-PrInt e do ISF. Ao mesmo

² Universidade Federal do Pampa, com sede em Bagé/RS, porém com diversos campi em várias cidades do estado.

tempo, os termos “direito”, “línguas minoritárias” e “acessibilidade” aparecem em menor escala, quando são citadas.

ALTENHOFEN (2013) defende que as línguas podem ser vistas como minoritárias a depender do mercado linguístico em que estão inseridas, ou seja, da sua importância para os usuários e para o contexto de uso. Nos documentos da Furg, da Ufrgs³ e da UFSM⁴, podemos perceber a presença das “línguas minoritárias”. Na primeira instituição, ela está diretamente relacionada à ideia de “direito” linguístico dos “indivíduos pertencentes às minorias étnicas” e o “combate a preconceitos” com a Libras e as línguas indígenas. Na segunda, à ideia de inclusão de seus falantes em ações gerais da universidade, não estabelecendo relação com o termo “acessibilidade”, o que seria esperado. Este termo aparece apenas para citar um dos setores que participaram na construção do documento. Já na terceira universidade, a única vez que as “línguas minoritárias” são citadas estão em um contexto de acolhimento dos seus estudantes, quando em situação de vulnerabilidade.

Na Ufpel⁵, apesar de não ser encontrado o termo “línguas minoritárias”, há, no documento, menção à “acessibilidade” como ação dentro do planejamento linguístico da instituição. O termo “direito” não é utilizado com relação direta às línguas presentes na universidade, mas à educação em geral.

4. CONCLUSÕES

Com este estudo, concluo que as Políticas Linguísticas Institucionais interessam primeiramente aos objetivos do ISF e CAPES-PrInt, estando destacada a internacionalização em todos os documentos analisados. Ainda assim, algumas universidades buscam a valorização e o fortalecimento das línguas minoritárias que transitam nas instituições, através de ações *in vitro* como a inclusão destas em suas PLIs.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTENHOFEN, C. V. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: Nicolaidese, Christine et al. (orgs.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013. p. 93-116.

CALVET, L. J. **As Políticas Linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

PAIVA, V. L. M. de O. **Manual de pesquisa em Estudos Linguísticos**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019. 160 p.

SPOLSKY, B. **Para uma Teoria de Políticas Linguísticas**. Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL, vol. 14, n. 26, 2016. Tradução de Paloma Petry. Revisão técnica de Pedro M. Garcez. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br/files/f69d74cdefbd9c6efb801010f2ac8b13.pdf>>. Acesso em: 05/12/2023.

³ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre/RS.

⁴ Universidade Federal de Santa Maria, na cidade de Santa Maria/RS.

⁵ Universidade Federal de Pelotas, na cidade de Pelotas/RS.